

Lúcia Maria Bastos P. Neves

Professora de História Moderna e Contemporânea da UERJ. Doutora em História pela USP.

Leitura e leitores no Brasil, 1820-1822: o esboço frustrado de uma esfera pública de poder

Na visão do século XVIII, os escritos ornamentavam a verdade, pois "os bons livros" já norteavam a Europa, esclarecendo "o governo sobre os seus deveres, sobre sua falta, sobre o seu verdadeiro interesse, sobre a opinião pública que devem escutar e seguir". Instrumentos de transmissão de conhecimentos e de experiências para círculos restritos, os textos, no final do Antigo Regime, transformavam-se em meios de mobilização, capazes de atingir um público mais amplo. Afinal, os 'meios de comunicação universal', sobretudo os jornais e as folhas avulsas, segundo Keith Baker, foram os responsáveis pelo esboço da *voz geral*,



que, paulatinamente, se tornava uma opinião pública, cuja objetividade provinha da razão e cuja força resultava do progresso das Luzes.¹

No Brasil, foi ao longo dos anos de 1821-1822 que a idéia de opinião pública iniciou seu balbuciar, cabendo aos homens de letras o papel de produzi-la. O clima de intensa eferescência política, nesta época, propiciou o surgimento de jornais e folhetos, que possibilitaram uma tênue ampliação da esfera de poder para além dos círculos restritos da Corte. Esse novo momento, em que a política tornava-se pública, foi detonado pelo movimento constitucional, iniciado em Portugal em 1820, e que repercutiu no

Brasil no ano seguinte. A *Regeneração* propunha pôr fim ao Antigo Regime, ao convocar, à revelia do soberano, Cortes Extraordinárias para elaborarem uma constituição, no espírito de um liberalismo mitigado, resultado das práticas culturais ilustradas. Na realidade, o projeto *revolucionário*, ao invés de hostilizar a religião, apoiava-se na Igreja católica, a fim de garantir o caráter moderado que o movimento pretendia, evitando-se "os perigosos tumultos, filhos da anarquia", típicos de uma revolução, como convinha a uma conjuntura dominada pela ação restauradora e conservadora da Santa Aliança.² Traçando um caminho entre a história e a política, as publicações, vindas de Lisboa ou impressas no Rio de Janeiro e Salvador, permitiram a circulação de idéias e informações em quase todos os setores sociais. Os acontecimentos diários transferiram-se do domínio privado ao público e adquiriram o status de *novidades*. Os artigos dos periódicos passavam a ser discutidos na esfera pública dos cafés, das academias e das livrarias, no sentido que se depreende do trabalho de J. Habermas.³ Ingressavam nesses espaços de sociabilidade e criavam as condições para que neles se manifestassem as principais posturas da época comprometidas com o ideário liberal.

Quais eram, contudo, as obras publicadas nessa época que despertavam o debate político e ideológico? Uma das vias possíveis para a análise dessa

produção é o levantamento das publicações na Tipografia Nacional, no Rio de Janeiro, ao longo dos anos de 1821 e 1822. Encontraram-se, para o período, 516 títulos, não levando em consideração as leis, cartas e alvarás. Número bastante expressivo, uma vez que entre 1808, ano da criação da Imprensa Régia, e 1820, a Tipografia Nacional publicou apenas 569 trabalhos. Devem acrescentar-se ainda 115 títulos, publicados por tipografias particulares, também no Rio de Janeiro, a partir de 1821, totalizando 631 obras. A classificação do conjunto desses trabalhos, com base no critério adotado pelo catálogo da biblioteca do conde da Barca (1818), apresenta o seguinte resultado:

Categorias	Quantidades	Porcentagens
Jurisprudência	8	1,27
Ciências e Artes	15	2,37
Belas Letras	195	30,9
História	161	25,51
Tecologia	6	0,95
Periódicos	36	5,8
Documentos Oficiais	210	33,29
Total	631	100

Fonte: A. do Vale Cabral. *Anais da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro de 1808 a 1822*. Rio de Janeiro: Tip. Nacional, 1881; A. do Vale Cabral. Suplemento aos Anais da Imprensa Nacional: 1808-1823. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 73:109-115, 1954; Biblioteca Nacional-Divisão de Obras Raras. *Catálogo das tipografias nacionais*; Ana Maria de A. Camargo & Rubens Borba de Moraes. *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro*. São Paulo: EDUSP/Kosmos, 1993.

À primeira vista, o pequeno número de obras de cunho religioso pode surpreender, mas essa fragilidade pode ser explicada porque a parenética incluía-se na categoria de Belas Letras. Além disso, esse número exíguo era compensado por uma boa quantidade de livros de religião vindos de Portugal, por meio de livreiros, que desde 1799 pediam licença à Mesa Censória para expedirem-nos para o Brasil.⁴ Se os títulos publicados forem considerados cronologicamente, no entanto, verifica-se que mais da metade do total (52.58%) saiu à luz no biênio 1821-1822. Dentre esses, a categoria História perfaz 25.5%, em função do grande número de folhetos políticos que surgiram no período. Da mesma forma, o crescente número de periódicos indica que hábitos de leitura de jornal estavam sendo adquiridos.

Foram, portanto, os folhetos, panfletos e periódicos, publicados entre 1821 e 1823, que, sem dúvida, mais contribuíram para as leituras da elite, mais intelectual do que social, que participou do movimento da Independência. Por outro lado, a característica fundamental dessa literatura era a homogeneidade dos princípios e dos mecanismos mentais que a informavam, pois, em sua essência, difundiam uma mesma cultura política, plasmada na tradição de uma ilustração mitigada portuguesa. Cultura política que identificava o Antigo Regime à esfera privada do poder, sob

a forma de despotismo, responsável pela situação de colônia a que Portugal se vira reduzido após 1808. Em contrapartida, buscava no liberalismo incipiente os argumentos e as instituições capazes de assegurar uma maior participação nos negócios públicos, embora sem abalar a ordem. Daí, regeneração, ao invés de revolução. Tanto pelas publicações, quanto pelos anúncios em jornais, observa-se que eram pouquíssimas as menções às obras de cunho teórico, que fizeram a fama da ilustração francesa. Seria possível concluir daí que a elite intelectual do Brasil não lia esses autores famosos, há muito proibidos em Portugal e seus domínios? Certamente que não, pois o rigor da censura não impediu, em ambas as margens do Atlântico, o acesso *sous le manteau*.⁵

No Brasil, são bem conhecidos os estudos que indicam a presença de algumas dessas obras nas bibliotecas mineiras, baianas e cariocas do final do século XVIII. Também, um folheto de 1822 afirmava que "os escritos filosóficos dos Mablys, dos Rainaes, dos Rousseaus, dos Voltaire, dos De Pradts", introduzidos "pelas brechas feitas nas barreiras coloniais", circulavam pelas mãos dos brasileiros.⁶ Muitas vezes, a simples interdição pela censura despertava a curiosidade do público leitor, que as obtinha por intermédio de conhecidos vindos do exterior ou através do contrabando. Era ainda comum o pedido, por parte dos

livreiros franceses no Rio de Janeiro, de licença ao Desembargo do Paço, desde 1808, para importar obras de Montesquieu, Rousseau, Beauchamps e outros, embora sempre negada pelos censores régios, como José da Silva Lisboa e Mariano José Pereira da Fonseca, que mostravam, por sua vez, em seus pareceres, estarem perfeitamente a par do conteúdo de tais trabalhos.⁷

Após a proclamação da liberdade de imprensa (28 de agosto de 1821), a referência aos autores da ilustração européia tornou-se uma constante nos periódicos. De um lado, nos escritos redigidos por indivíduos mais moderados, citavam-se aqueles cujas idéias *haviam iluminado o mundo civilizado*, como Edmund Burke, Montesquieu, Jeremias Bentham e Benjamim Constant.⁸ De outro, nas folhas mais radicais, cujos redatores se deixavam levar por seu imaginário revolucionário, assimilavam-se sobretudo as idéias dos *philosophes* franceses, como Voltaire, Rousseau, Mably, Condorcet, Raynal e De Pradt. Neste último grupo, pelo menos um periódico trazia uma epígrafe de Rousseau; e outro defendia uma postura democrática, baseada principalmente na idéia da soberania popular. Se esses nomes proibidos circularam anteriormente entre os segmentos da elite intelectual, a grande novidade, a partir desse momento, era levar esse ideário a um público mais amplo, que



começava a conviver em seu cotidiano com novos valores políticos, relacionados à construção de um Estado liberal.⁹

Em geral, a característica básica dos folhetos políticos era o caráter polêmico e didático, sob a forma de comentários de fatos recentes ou de discussões sobre as grandes questões da época. Muitas vezes, encadeavam-se uns aos outros, ou a algum outro tipo de publicação, como os jornais, constituindo uma verdadeira 'rede de polêmicas'.¹⁰ Em sua maioria, apresentavam as idéias de forma bastante organizada, explicando o autor seu posicionamento sobre o assunto e procurando fornecer opiniões e ensinamentos que pudessem influenciar o público leitor.

Já que, em 1821, a censura ainda estava atuante, as obras apareciam inicialmente anônimas. Somente a partir

de 1822, muitos desses folhetos começaram a ser identificados pelas iniciais de seus autores, o que se pode atribuir à lei que proibia a publicação de obras anônimas pela imprensa oficial. De igual modo, nessa mesma época, aumentou consideravelmente o número de folhetos publicados pelas tipografias particulares.¹¹

Instrumentos fundamentais da divulgação da cultura política, essas publicações assumiram várias formas. Algumas procuravam explicar certos pontos do vocabulário político, sendo então chamados de *folhetos constitucionais*. Era o caso da *Constituição explicada* e do *Catecismo político constitucional*. Outras assumiam a forma de diálogos, como o *Diálogo entre o corcunda abatido e o constitucional exaltado* ou o *Alfaiate constitucional*, conversa entre um alfaiate e seus fregueses, seguindo o modelo clássico do *Spectator*, de Addison e Steele.¹²

Freqüentes foram as cartas escritas aos amigos e compadres, ao lado de algumas farsas em verso. A preocupação de levar os ensinamentos sobre a Constituição e as críticas ao despotismo a um público mais amplo também conduziu ao antigo costume de se parodiar formas religiosas. No folheto *A regeneração constitucional ou guerra e disputa entre os corcundas e constitucionais*, os corcundas (os absolutistas) arrependidos deviam se

apresentar ao Congresso Nacional, recitando em voz alta e clara várias orações, como o Padre Nosso Constitucional:

Constituição portuguesa, que estás em nossos corações, santificado seja o teu nome, venha a nós o teu regime constitucional, seja feita sempre a tua vontade, um melhoramento de agricultura, navegação e comércio nos dá hoje e cada dia; perdoa-nos os defeitos e crimes passados, assim como nós perdoamos aos nossos devedores, que não nos podem pagar, não nos deixes cair em tentação dos velhos abusos, mas livra-nos destes males, assim como do despotismo ministerial, ou anarquia popular. Amém.¹³

Cronologicamente, enquanto canal para a divulgação das idéias políticas do liberalismo, o biênio 1821-1822 foi a época áurea do periodismo, podendo avaliar-se em cerca de trinta e seis o número de jornais que saíram então à luz. Embora houvesse alguns com função meramente informativa, como o *Diário do Rio de Janeiro* e o *Volantim*, muitos transcreviam artigos de jornais publicados em outras regiões, adquirindo, assim, um certo caráter político. Começando como semanários, mas transformando-se algumas vezes em diários, visavam a uma informação de ação mais direta sobre os acontecimentos e refletiam um discurso muito mais ideológico e político do que

19
 Ilmo Sr. Já tenho ordem de Leitura para dar a
 V. S. que se Sobel^{te} Heuspanhou que gidos pelas ruas de noite
 contra os Ordens das Guarnições de noite ser por se cometerem
 dos conforme as mesmas ordens. O Devo deus a V. S. mais q.
 elle Domingos passado logo depois das tres horas da tar-
 de passava pela rua do suvidor com Diollas, e cantan-
 do oira que parecia ser o seu Hymno Constitucional que
 nem de dia se deve permitir. O Sr. Ministro, como
 me Comd^{te} do Brigue estão informados disto, e pre-
 testão por suas Comendas, e os mesmos hez fundamen-
 to a Brigueira. e Arquivo de Deposito da gente V. S.
 de pois de informado de negocio a que segue, pode
 ser conqulto persuadindo a Vilano mesmo q.
 praticou com Valalbe. D. Guardo a V. S. Rio 29.
 de Outubro de 1820 = Paulo Fernandes Vianna
 Ilmo Sr. Brigadiere Jose Maria Chabito. de Brade.
 Honoravel: Laura

Arquivo Nacional, códice 327, f.90, 20 out. 1820.

cultural, como por exemplo, *O Correo do Rio de Janeiro*. É certo que muitos deles tiveram duração efêmera, como *O Bem da Ordem*, *O Amigo da Nação e do Rei* e o *Despertador Brasillense*.

Constituindo uma espécie de jornal oficial, havia, naturalmente, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, o primeiro periódico estampado no Brasil, a partir de 1808. Limitava-se a repetir atos oficiais, a copiar trechos das folhas europeias quando fosse conveniente ao governo e a fazer inumeráveis elogios à família

real. Com propostas de um periodismo de cunho mais político, *O Espelho*, publicado a partir de 1º de outubro de 1821, tinha como objetivo fornecer minuciosas informações a respeito das sessões das Cortes e relatar notícias das gazetas portuguesas e baianas. Em verdade, dava a versão oficial dos acontecimentos, sem emitir juízo próprio.

Ainda na linha política, destacaram-se o *Revérbero Constitucional Fluminense*, *A Malagueta* e o *Correio do Rio de Janeiro*. O primeiro, de grande

repercussão na Corte, era escrito pelos brasileiros Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa e, no interior do liberalismo, apresentava uma tendência mais radical, ligada às lojas maçônicas. O segundo, de autoria do português Luís Augusto May, era composto por um único artigo do redator, um liberal moderado e um dos grandes polemistas da Independência. O terceiro era redigido pelo português João Soares Lisboa, que adotara posturas mais radicais e democráticas. Fiel às preocupações políticas, embora com inovações nos temas, como o seu próprio título indicava, surgiu, em inícios de 1822, *O Compilador Constitucional, Político e Literário Brasiliense*. Outros jornais ainda poderiam ser citados, como *O Regulador Brasílico-Luso*, que defendeu a união com Portugal, sendo considerado a primeira folha oficiosa, no sentido de servir ao governo às custas dos cofres públicos. De menor duração, embora com grande interesse pelas questões políticas, foram os periódicos *O Papagaio*, portador de um liberalismo moderado, além do *Constitucional*, do *Brasil* e do *Macaco Brasileiro*.

Além do Rio de Janeiro, o periodismo também era relevante nas outras províncias. Os jornais de maior peso foram os da Bahia que, em sua maioria, defenderam a união com as Cortes de Lisboa, mas adotando sempre uma postura constitucionalista. Também o Maranhão, o Pará e Pernambuco

conheceram algumas folhas de cunho informativo e político.¹⁴

Esses periódicos, por sua vez, não deixaram de constituir o reflexo de uma inédita preocupação coletiva em relação ao político, com seus artigos sendo discutidos, como indicam as inumeráveis cartas de particulares que os redatores divulgavam semanalmente, na esfera pública dos cafés, livrarias e sociedades secretas, como a Maçonaria. Curiosamente, porém, nem uma dessas publicações defendia o absolutismo. Todas moviam-se no interior de um mesmo sistema de referências, que era o do liberalismo mitigado.

Se os folhetos, panfletos e periódicos publicados entre 1821 e 1822 revelavam um ideário político traduzido de algumas idéias ilustradas do século XVIII, toda essa produção cultural, elaborada pela elite intelectual luso-brasileira, não podia deixar de destinar-se a um público leitor que devia ser capaz não só de ler essas publicações, mas também de extrair delas um significado. Como argumenta R. Darnton, "a leitura não é simplesmente uma habilidade, e sim uma maneira de fazer sentido que deve variar de cultura para cultura".¹⁵ Quem eram, então, esses leitores?

Em primeiro lugar, o potencial de leitura está, evidentemente, relacionado ao número de habitantes. Apesar da precariedade dos dados, pode-se, no entanto, avaliar a população livre do Brasil, em 1823, em torno de 2 milhões

e 810 mil homens livres, dos quais, em 1821, cerca de 43 mil residiam na cidade do Rio de Janeiro.¹⁶

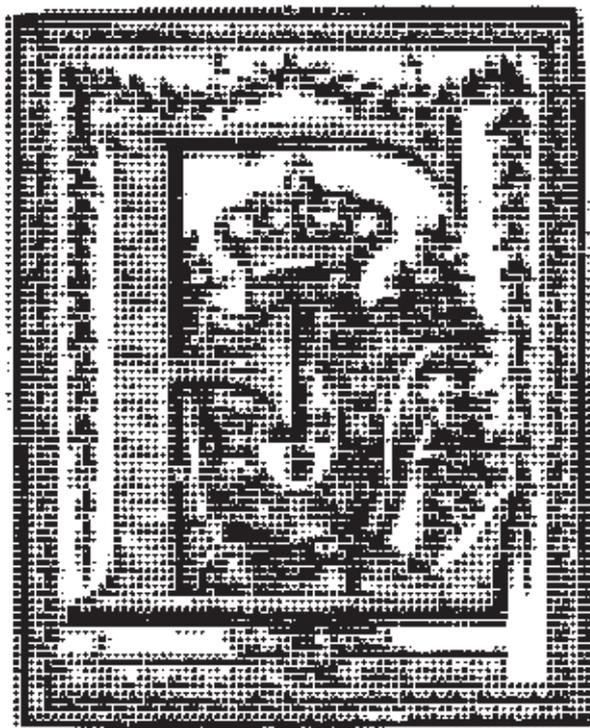
A simples dimensão demográfica, porém, não é suficiente para avaliar o público com que as discussões de 1821-1823 contaram. É necessário verificar também o grau de alfabetização da população e a distribuição social desta aptidão, uma vez que a leitura de uma obra exige sua disponibilidade física, por compra ou empréstimo, e implica a decifração de signos, que só o convívio com os conceitos de uma tradição cultural possibilita.

No Brasil, em princípio dos oitocentos, a educação estava longe de desempenhar o papel que iria adquirir mais tarde, ao menos na Europa, como um elemento de controle social em relação às camadas mais baixas. Na realidade, servia de atributo às elites, como um ornamento precioso que as distinguia da massa, enquanto os mecanismos tradicionais de controle, como demonstra a própria escravidão, mostravam-se suficientes para conservar o *status quo*.

Para o início do século XIX, não há dados oficiais sobre o número de pessoas alfabetizadas no Brasil. Entretanto, por meios indiretos, alguns resultados podem ser alcançados. Roderick J. Barman salientou que as oito mil assinaturas que subscreveram o *Manifesto do Fico*, em fins de 1821, revelam um percentual bastante elevado

de alfabetização da população masculina adulta e livre do Rio de Janeiro. Partindo de um total de 43.139 habitantes livres, ele deduziu um pouco mais de um terço referente aos menores de idade e, em seguida, dividiu o resultado pela metade, a fim de distinguir os sexos. Chegou, assim, a 14.380 homens adultos e livres, em relação aos quais os oito mil assinantes do *Manifesto* constituem quase 56%. Esta taxa de alfabetização, apesar das deficiências notórias do método de contagem de assinaturas, equivale à verificada em cidades francesas do século XVIII, como Aix-en-Provence, Lyon e Caen, onde variou entre 46 e 86%.¹⁷ Evidentemente, a situação não era a mesma no restante do território, nem mesmo nas demais cidades, com a possível exceção de Salvador e, talvez, do Recife e de São Luís.

Por outro lado, não se pode afastar a hipótese de que a comunicação oral substituisse a leitura propriamente dita. Um *Rapport sur la situation de l'opinion publique* ao intendente-geral de Polícia da Corte, elaborado pelo emigrado francês Calhê de Geine, em 1820, alertava para a gravidade da situação, uma vez que muitas obras eram lidas "diante de um auditório já predisposto" a "passagens mais infestadas do espírito revolucionário das obras francesas mais perniciosas", traduzidas "para o português, para a edificação dos ignorantes". Esta propaganda não se limitava a "reuniões secretas", mas se



manifestava "no salão dourado, na humilde loja e mesmo na praça pública." Nesse caso, o público real atingido por essas idéias seria bem mais amplo do que se poderia supor à primeira vista.¹⁸

Outro meio indireto bastante sugestivo para tentar captar esse público leitor é o de proceder a uma avaliação das atividades relacionadas ao comércio de livros, sobre o qual as informações são menos escassas. Um exame acurado da documentação revela que, no Rio de Janeiro, em especial após a instalação da Corte na cidade, esse comércio era bem mais intenso do que se costuma imaginar. Para os anos de 1821-1822, através dos anúncios na *Ozeta* e no *Diário do Rio de Janeiro*, foi possível identificar nove livreiros especializados, além de outras três lojas ligadas às tipografias. Mais onze nomes devem ser igualmente acrescentados, pois, como

negociantes, vendiam, entre artigos variados, as publicações do dia. Para fins de comparação, de acordo com os dados de Laurence Hallewell, em 1826 existiam em Buenos Aires apenas cinco livrarias.¹⁹ Para o público, elas também funcionavam como um novo espaço da esfera pública, servindo como ponto de encontro e de conversas da elite intelectual. Segundo visão de época, em fins de 1822, a livraria de Manuel Joaquim da Silva Porto era "o ponto de união dos mais exaltados demagogos", pois ali ajustavam e combinavam o que iam escrever, discutindo seus planos, a "sós ou com a maior publicidade", tramando-se os golpes a favor da república e contra o futuro do Império brasileiro.²⁰

Sob o ângulo da disponibilidade, esses escritos de circunstância não eram, de certo, inacessíveis, quanto ao preço, a um público mais vasto. Os periódicos custavam, por número, em 1821, entre 80 e 120 réis. Os folhetos, segundo os catálogos do livreiro Paulo Martim, vendiam-se por um valor entre 80 e 320 réis. Chegava-se a afirmar que o povo, por não ter condição para ir ao teatro, divertia-se com os "bufões (os periódiqueiros) por pouco dinheiro".²¹ Na mesma época, uma empada de recheio de ave custava 100 réis; um arrátel de lingüiça, 280; a aguardente de cana, 80 réis a garrafa; um sabão inglês, 120 réis a libra.²²

A preocupação de informar as camadas mais baixas da população ficava restrita pela própria organização social do

Brasil-Reino, em que cerca de um terço da população era constituída de escravos. No entanto, as primeiras eleições para as Cortes de Lisboa (1821), embora utilizassem um método indireto, não tinham estabelecido censo algum, podendo ser votante todo cidadão com mais de 25 anos. Talvez por isso, uma parte nada desprezível dessa literatura de circunstância tenha assumido a forma de cartilhas e de catecismos sobre os princípios constitucionais, visando de certa forma às camadas mais baixas, em especial aos soldados, com o intuito de didaticamente transformá-los em cidadãos.

Os indivíduos pertencentes a essas camadas, que se situavam nas fimbrias da elite, constituíam um público *virtual*, uma vez que, numa sociedade ainda regida pela oralidade, tomavam conhecimento das novidades ouvindo as leituras e participando das conversas e discussões sobre os acontecimentos políticos que ocorriam nos lugares públicos. Era a agitação, o falar 'de boca' do cotidiano, um certo imaginário que se fazia circular, traduzindo a apreensão de idéias e de concepções de mundo novas entre o *povo*, pois as mensagens já não se restringiam ao círculo estreito da obra escrita. Segundo o 'Mestre Periodiqueiro', personagem de um folheto, o *botequim* era lugar de grande 'falácia', em que se discutiam autores como Locke, Grotius, Montesquieu e outros, mas também "casa de reuniões patrióticas", em que

a "opinião pública encontrava os seus verdadeiros intérpretes", formulando-se questões por "vozes estrondosas", que retumbavam "nas vidraças da loja".²⁵ Ao lado desses indivíduos na fronteira da desclassificação social, os militares mais graduados, os pequenos comerciantes e os funcionários públicos faziam o papel de um público *ideal*.²⁴

No entanto, não pode haver dúvida de que, para os autores dos folhetos, era o letrado, sábio e prudente, que conhecia a 'verdadeira política'. Os demais não passavam de 'melquitrefes', que se metiam a 'discorrer em política', dizendo "despropósitos e tolices, como os curandeiros e barbeiros da roça em medicina", ou demonstrando conhecer tanto dessa arte quanto o vigário conhecia de teologia.²⁵ Se, algumas vezes, havia a preocupação em também escrever "para aquela classe de cidadãos que não freqüentaram estudos", como afirmava o redator do *Bem da Ordem*, era necessário, no entanto, pedir desculpas 'aos literatos' por utilizar exemplos simples e vulgares, mas que, para o povo, eram fundamentais, pois "um exemplo bem aplicado, vale mais que o discurso mais concludente e enérgico".²⁶ Na realidade, para a visão de época, somente a elite reunia condições intelectuais para ter acesso aos folhetos e, por conseguinte, à cultura política, convertendo-se ela própria no principal público de si mesma.

Essa identificação do público com a elite pode ser verificada por um meio indireto, a análise das listas de subscrições. Como exemplo de subscrição, isto é, o pagamento de uma quantia inicial para garantir ao assinante a aquisição da obra, que assim se autofinanciava, pode-se citar a obra editada por Paulo Martim, *Notícia histórica da vida e das obras de José Haydn*. Foram 44 subscritores, dos quais 28 podem ser identificados: cinco professores de música; quatro desembargadores; quatro proprietários; quatro funcionários públicos; três sacerdotes; três militares; três cônsules; um médico e um negociante. Um deles estudara na Universidade Imperial da França e quatro, em Coimbra. A única subscritora era proprietária de um terreno no lugar denominado Caminho Novo. Fica patente a predominância de membros da elite.

Entretanto, permeando toda a discussão sobre o novo ideário político, não se deixava de encontrar a preocupação de formar uma *opinião pública*. Assim acreditavam muitos dos autores de folhetos e jornais, um dos quais afirmava "ser um dever do cidadão, que (escrevia), dirigir a opinião pública, e levá-la, como pela mão, ao verdadeiro fim da felicidade social". O jornal *O Papagaio* suspendeu seus trabalhos porque julgava que os objetivos propostos tinham sido alcançados, uma vez que se achava "consolidada a opinião pública sobre os verdadeiros

interesses do Brasil e de toda a família portuguesa". Enfim, em quase todos os periódicos pode ser encontrada a preocupação de dirigir ou de ser um porta-voz da opinião pública.²⁷

Sem dúvida, seria um anacronismo atribuir, nesse momento histórico, à idéia de *opinião pública* a concepção de uma "pluralidade de indivíduos que se exprimem em termos de aprovação ou sustentação a uma ação, servindo de referencial a um projeto político 'definido', com o poder de alterar os rumos dos acontecimentos. Apesar disso, em 1821-1822, ela não era ignorada. Como informava o redator de *O Macaco Brasileiro*, o príncipe d. Pedro conhecia e buscava 'este termômetro', percebendo que o idolatravam pelo calor e energia com que soube merecer o título de Perpétuo Defensor do Brasil.²⁸

Sobretudo, conceder a essa preocupação de formar uma opinião pública um papel de destaque seria ignorar a persistência de procedimentos tradicionais para conter as idéias que poderiam revolucionar a população. Em 1820, um registro da polícia comprova que soldados espanhóis tinham sido presos porque, num domingo, depois das três horas da tarde, passavam pelas ruas do Rio de Janeiro "cantando coisa que parecia ser o seu hino constitucional".²⁹ De modo semelhante, o redator do *Conciliador do Reino Unido*, o censor régio José da Silva Lisboa, julgava seu "dever dirigir bem a opinião pública, a fim de atalhar os



desacertos populares, e as efervescências frenéticas”, pois “os periódicos e papéis avulsos” eram também “tidos sôfrega e inconsideradamente pelas classes ínfimas”. Em novembro de 1822, o imperador d. Pedro autorizou a abertura de uma devassa sobre as pessoas que conspiravam contra o governo e inflamavam a opinião pública. Por conseguinte, longe de viabilizar os escritos como meios de influência para dirigir a opinião pública, pela predicação de seus próprios valores, a principal preocupação do governo continuava sendo a de cercear as idéias que circulavam e que podiam ser perigosas aos planos arquitetados por seus agentes.³⁰

Desta forma, de um lado, os autores dessa literatura de circunstância - fossem folhetos, fossem jornais - enquanto membros da elite intelectual e política, não deixaram de ver na palavra escrita uma fonte de poder, capaz de produzir reformas, sem transtornos para a ordem social. Ao revelarem e divulgarem o ideário do liberalismo, por meio de uma *pedagogia* do constitucionalismo, criaram as bases, após 1822, para o separatismo e

a dissolução do Império luso-brasileiro. No processo, transformaram seus escritos, principais veículos da cultura política da época da Independência, em instrumentos educacionais da própria elite e asseguraram para si um lugar na estrutura de poder do futuro Império Brasil.

De outro lado, porém, contido talvez pela estrutura social escravista, o poder oficial não quis, ou não pôde, vislumbrar a mesma possibilidade de também transformar a palavra escrita em arma de combate, capaz de formar uma opinião pública a seu favor. O Estado em elaboração relegou, assim, o processo de subordinação das camadas menos favorecidas (e, em casos limites, até mesmo dos setores mais radicais da elite) às persistentes práticas repressivas características de uma esfera privada de poder. Ao fazê-lo, limitou a ação daquela cultura política da Independência, ainda que de um liberalismo mitigado, às elites; condenou os intelectuais à função decorativa que a tradição bacharelistica soube desenvolver; e, por último, mas nem por isso menos importante, inviabilizou a construção da nação.

11. BRASIL. Portaria de 19 de janeiro de 1822. Rio de Janeiro: Tip. Nacional, 1822.
12. GAY, Peter. *The Enlightenment: the science of freedom*. New York: Norton, 1977, pp. 53-55.
13. A REGENERAÇÃO constitucional ou a guerra e disputa entre os corcundas e os constitucionais. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1821, p. 20. Para as paródias das formas religiosas como um dos gêneros de cultura popular, ver BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 146-147.
14. Para o estudo do periodismo, ver RIZZINI, C. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil: 1500-1822*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1945. Cf. ainda NEVES, Lúcia M. Bastos P. 'Periódicos'. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: Verbo, 1994, pp. 624-628.
15. DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 150.
16. MEMÓRIA estatística do Império do Brasil. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 91 (58): 91-99, 1895; Mapa da população da Corte e província do Rio de Janeiro em 1821. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 40 33 135-42, 1870.
17. BARMAN, Roderick J. *Brazil: the forging of a nation (1798-1822)*. Stanford: University Press, 1988, p. 268. Para os dados da França, ver CHARTIER, R., COMPÈRE, H. M. & JULIA, D. *L'éducation en France du XVI^e au XVIII^e siècle*. Paris: SEDES, 1976, p. 93.
18. RAPPORT sur la situation de l'opinion publique. In: PEREIRA, Ângelo. *D. João VI, príncipe e rei*. (v.3). Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1956, p. 306.
19. HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: T. A. Queiroz/EDUSP, 1985, p. 47.
20. Cf. PROCESSO dos cidadãos Domingos Alves, João da Rocha Pinto, Luís Alves de Azevedo, ... pronunciados na devassa que mandou proceder José Bonifácio de Andrada e Silva para justificar os acontecimentos do famoso dia 30 de outubro de 1822. Rio de Janeiro: Tip. de Silva Porto, 1823, p. 21.
21. JÁ fui carcunda, ou a zanga dos periodiqueiros. Lisboa: of. da viúva de Lino da Silva Godinho, 1821, p. 4.
22. Para o preço dos folhetos, ver *Catálogo de algumas obras modernas e*

- constitucionais chegadas modernamente à loja de Paulo Martim*. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, (1821), 2 fl.; *Catálogo de algumas obras que se vendem na loja de Paulo Martim, rua da Quitanda nº 33*. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, (1822), 1 fl. Para o preço dos produtos de época, cf. SILVA, M. Beatriz Nizza da. 'Livro e sociedade no Rio de Janeiro: 1808-1821'. In: *Revista de História*. São Paulo, 94: 451, 1973; *Diário do Rio de Janeiro*, out. 1822 e jan. 1823.
23. A FORJA dos periódicos ou o exame do aprendiz periodiqueiro. Lisboa: Nova Tip. da viúva Neves & Filhos, 1821, p. 8.
24. Para a noção de público ideal, ver ESCARPIT, R. *Sociologie de la littérature*. 7^ª ed., Paris : P.U.F., 1986, pp. 97-107.
25. DIÁLOGO político e instrutivo, entre dois homens da roça, Andre Rapozo e seu compadre Bolonlo Simplicio, acerca da Bernarda do Rio de Janeiro e novidades da mesma. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1821, p. 16.
26. *O Bem da Ordem*, nº 3, 1821. Rio de Janeiro.
27. As citações foram retiradas, respectivamente, de: *Conciliador Nacional*, nº 1, Pernambuco, transcrito de *O Volantim*, nº 13, 16 set. 1822, Rio de Janeiro ; *O Papagaio*, nº 12, 8 ago. 1822, Rio de Janeiro.
28. OZOUF, Mona. 'L'opinion publique'. In: BAKER, K. (ed.). *The French Revolution and the creation of modern political culture*. (v. 1). Oxford: Pergamon Press, 1987, p.427; *O Macaco Brasileiro*, nº 5, (1822). Rio de Janeiro.
29. ARQUIVO NACIONAL. Códice 327. Registro de ofícios da Polícia (v. 1), f. 90, 20 out. 1820.
30. Ver, respectivamente, *O Conciliador do Reino Unido*, nº 4, 31 mar. 1821 e nº 6, 14 abr. 1821, Rio de Janeiro; *Gazeta do Rio de Janeiro*, nº 134, 7 nov. 1822, Rio de Janeiro.

A B S T R A C T

in the Luso-Brazilian world, the Constitutional movement of 1821 unleashed an intense debate upon the ideas proposed by liberalism. Printing - of political tracts and papers - held a fundamental role in this slight widening of the sphere of power beyond the narrow circles of the Court. Government, however, remained addicted to the practices inherited from the *Ancien Régime*. In fact, it was unable to transform the printed word into a tool, with which to draw public opinion on its side.

R É S U M É

Dans le monde luso-brésilien, un vif débat sur les idées du libéralisme fut déclenché par le mouvement constitutionnel de 1821. Les publications - des pamphlets et des journaux - tinrent un rôle décisif dans cette timide amplification de la sphère de pouvoir, au-delà des cercles limités de la Cour. Cependant, l'État, ne sut renoncer à son penchant pour les pratiques de l'Ancien Régime et ne fut capable de rendre le mot écrit en instrument pour former l'opinion publique en sa faveur.